



EDUCAÇÃO

Professores federais anunciam fim da greve

Sindicatos das universidades e dos institutos decidiram aceitar última proposta feita pelo governo

» SARAH PAES
Especial para o **Correio**

Professores das universidades federais e dos institutos federais, além dos técnicos-administrativos dos institutos, decidiram encerrar a greve, que teve início em abril. Os profissionais chegaram ao consenso pelo fim da greve durante assembleias realizadas ao longo do fim de semana.

No sábado, na 193ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), técnicos e docentes dos institutos federais aprovaram a suspensão do movimento. E, ontem, foi a vez de o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) anunciar a decisão.

Eles só voltam ao batente, no entanto, após a assinatura dos Termos de Acordo com o governo federal.

O coordenador-geral do sindicato, David Lobão, explicou ao **Correio** que o próximo passo é informar, ainda hoje, ao governo sobre o resultado da assembleia. “Pela manhã, nós vamos entrar em contato com o governo para comunicar a nossa decisão. O próximo passo é assinar uma minuta de acordo, que se transformará em projeto de lei. Após a assinatura, os técnicos e docentes dos Institutos Federais do Brasil devem suspender a greve. Tentamos olhar sempre para o copo meio vazio e meio cheio, acreditamos que tivemos algumas conquistas com as nossas reivindicações, por isso decidimos pelo fim da greve”, explicou.

Apesar de a principal reivindicação dos técnicos — um reajuste salarial de 4% para este ano — não ter sido atendida, o Sinasefe decidiu aceitar o acordo que prevê um acréscimo de 4% para 2025. “Nossa maior conquista, que podemos até colocar no mesmo patamar salarial, é a revogação da Portaria 983/2020 que fala a respeito da jornada de trabalho do docente e sobre a possibilidade de pesquisa. Os IFs possuem muitos pesquisadores, e o número cresce a cada ano. A portaria proibia que esses

professores realizassem pesquisas e projetos de extensão contando a jornada de trabalho. Se o profissional quisesse, teria que ser feito fora da carga horária, o que é muito difícil se pensarmos que eles cumprem uma carga de 40 a 46 horas por semana”, afirmou Lobão.

Vitória parcial

A greve dos técnicos-administrativos e docentes nas instituições federais de educação gerou um intenso período de negociações com o governo federal. Na última reunião, ocorrida em 14 de junho, houve avanços em pautas não remuneratórias, como a criação de um plano de carreira.

A aprovação das propostas — durante a plenária realizada de forma híbrida, com participantes presentes em Brasília e conectados via Zoom — foi vista como uma vitória parcial pelos sindicalistas, que agora focam na assinatura dos acordos e na continuidade da luta por melhorias. O comando nacional de greve do Sinasefe permanecerá ativo até que os acordos sejam assinados, e novos encaminhamentos serão debatidos na próxima plenária, ainda a ser convocada.

O encerramento da greve dos técnicos-administrativos em educação e a aceitação das propostas do governo marcam um momento significativo no cenário educacional e sindical do país, destacando a importância do diálogo e da negociação na busca por melhores condições para os servidores públicos da educação, segundo o sindicato.

Universidades

Apesar de algumas universidades terem decidido terminar a greve na última semana, outras continuaram esperando novas tratativas com o governo. No início da noite de ontem, o Andes-SN divulgou, em nota, que após reunião durante o final de semana, em Brasília, a categoria dos professores universitários também decidiu assinar o acordo apresentado pelo governo. Além disso, afirmou que a greve deve

SINASEFE/Divulgação



De acordo com o Sinasefe, o fim da greve foi aprovado em assembleia, com um placar de 98 votos a favor, 6 contrários e 9 abstenções



Nossa maior conquista, que podemos até colocar no mesmo patamar salarial, é a revogação da Portaria 983/2020 que fala a respeito da jornada de trabalho do docente e sobre a possibilidade de pesquisa”

David Lobão, coordenador-geral do Sinasefe

chegar ao fim oficialmente na próxima semana, em 3 de julho.

“Finalizada a sistematização dos resultados deliberados nas assembleias da base nos estados entre os dias 17 e 21 de junho, a categoria docente definiu pela assinatura do termo de acordo apresentado pelo governo, a ser realizada em 26 de junho, bem como pela saída unificada da greve a partir de tal data, até 3 de julho”, informou a nota.

No sábado, o Andes publicou um comunicado a respeito de um encaminhamento de proposta para o Termo de Minuta enviado pelo MGI na sexta-feira. Durante a última semana, pelo menos 24 universidades sinalizaram um fim para a greve dos professores, que já passa de 60 dias. Dessas, 12 já voltaram ou marcaram uma data para o retorno às aulas.

Na sexta-feira, o Comando

Nacional de Greve da Federação de Sindicatos De Trabalhadores Técnico- Administrativos Em Instituições De Ensino Superior Públicas Do Brasil (Fasubra) também voltou a se reunir para definição das próximas diretrizes da greve dos técnicos das universidades. De acordo com a entidade, durante a reunião, houve a construção de um ofício solicitando melhorias na proposta apresentada pelo governo, que foi protocolado junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com cópia para o Ministério da Educação (MEC), conforme indicação da maioria das assembleias das entidades de base. No entanto, até o fechamento desta edição, a entidade ainda havia se manifestado com indicação para aceitar um acordo com o governo ou uma data final para acabar com a greve dos técnicos das universidades.

Fim da greve da UnB

Na última quinta-feira, os docentes da Universidade de Brasília (UnB), com votação em auditório lotado, decidiram retomar as atividades acadêmicas nesta quarta-feira. A decisão pode ser considerada um indicativo nacional, já que as outras instituições seguiram o mesmo caminho neste final de semana. Com ressalva apenas para a categoria representada pela Fasubra.

A greve envolveu mais de 62 universidades pelo Brasil, que se uniram para consolidar as negociações com o governo. No entanto, nem todas as reivindicações foram atendidas. Apesar de ainda não haver uma decisão total nacional, a expectativa é de que a greve nacional da educação se encaminhe para o fim esta semana.

PROTESTOS

Lira volta a ser alvo de manifestantes contra o PL antiaborto

» VICTOR CORREIA

Manifestantes voltaram a protestar, ontem, contra o Projeto de Lei “antiaborto”, que equipara o aborto legal ao crime de homicídio. Protestos ocorreram, pelo menos, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os atos foram mantidos, mesmo após o recuo do Congresso Nacional, na semana passada, quando a votação da proposta foi adiada. Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o texto só será discutido após as eleições de outubro. Os manifestantes, porém, pedem que o projeto seja arquivado, e Lira foi o principal alvo das insatisfações. Eles chegaram a queimar bonecos à imagem do parlamentar.

Em São Paulo, o ato ocorreu em frente ao Museu de Arte de

São Paulo (Masp), na Avenida Paulista. No Rio, ocorreu na Praia de Copacabana. Já na capital mineira, os manifestantes se reuniram na Praça Sete, centro de Belo Horizonte. Grande parte do público foi formada por mulheres, carregando placas com dizeres como “criança não é mãe”, “estupradores e pedófilos não são pais de família” e “aborto legal já”.

Pelo arquivamento

O principal pedido é que o PL 1.904/24 seja arquivado. O texto prevê que a pena pelo aborto em situações hoje legalizadas, como o estupro e risco de vida à mãe, seja de até 20 anos. Por sua vez, a pena máxima pelo crime de abuso sexual é de 10 anos. Dessa forma, o texto pune de maneira mais dura a vítima que decide

abortar do que o estupro.

Em São Paulo e em Belo Horizonte, manifestantes queimaram bonecos de papelão com o rosto de Arthur Lira. Ele é o principal alvo dos protestos sobre o PL, porque aprovou, em apenas 23 segundos, o requerimento de urgência para tramitação. Porém, com a repercussão negativa, voltou atrás e postergou a discussão para depois de outubro.

A deputada federal Jandira Feghali (PC do B - RJ) participou do ato em Copacabana e discursou aos presentes. Segundo ela, mulheres não são “moeda de troca” para a sucessão na Câmara dos Deputados. O movimento de Lira para pautar o PL antiaborto foi visto como uma tentativa de angariar apoio da oposição para escolher o próximo presidente da Casa.

“A presença nossa nas ruas é decisiva e nos dá a principal sustentação para que a gente tenha vitórias no Congresso Nacional. Se muita gente não consegue botar o povo na rua, as mulheres provaram que elas conseguem”, declarou a parlamentar. “Nós não vamos aceitar a aprovação desse projeto de lei”, emendou.

Homicídio

De autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), o PL equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio. Atualmente, o aborto é permitido legalmente em casos de estupro, de risco de vida à mulher ou de anencefalia fetal. A legislação não prevê um prazo legal para ser feito.

Paulo Pinto/Agência Brasil



Em SP, anifestantes protestam pelo arquivamento do PL Antiaborto